

BRASILEIRA

CLUBE DE ECONOMISTAS

Antônio de Almeida
Otávio Knaak de Souza
Eduardo de Almeida
Osório Gomes
Zeitel
Carlos de Andrade
João Vasconcelos
L. Botelho
Magalhães da Silveira
Maurice Archer
Rafael Paixão e Silva
Antonio Corrêa Ramalho
Mury Knust
H. Pereira Lira
João Moura
Almeida
Inácio A. da Cunha
Mury A. Latini
Rafael Pompeu Accioly Borges
Rafael Raposo de Almeida

Eduardo Sobral
Mury A. Latini
Borges

Almeida

responsabilidade dos respectivos

Cr\$ 120,00

US\$ 3,00

Cr\$ 30,00

Cr\$ 50,00

no, 48 - S/610

il.

no Carioca, 11 — 2.º —

Caixa Postal 4318

ECONÔMICA BRASILEIRA

N. 4 Outubro — Dezembro 1955 Vol. 1

SUMÁRIO

	Pág
AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA E MAURICE ARCHER	
Interrelações do Sistema Industrial Brasileiro	197
ARAMYS ATHAYDE	
Economia e Saúde	212
ANTÔNIO S. RIO E HENRIQUE C. GOMES	
Sistema Cambial: Bonificações e Ágios	220
NOTAS E COMENTÁRIOS	
Direitos Alfandegários no Brasil (Oliver Onody)	233
Petróleo: Estocagem e Abastecimento (Olindo Knust e Pedro Nolasco)	241
Comércio Internacional no VI Período de Sessões da CEPAL (Domar Campos)	245
Industrialização e Agricultura (Inácio M. Rangel)	248
Análise do Processo Inflacionário no Após-Guerra (BNDE — CEPAL)	249

INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA

A industrialização confronta a agricultura com um duplo problema: ao mesmo tempo, exige dela que aumente sua oferta de bens agrícolas e que libere parte da mão-de-obra que ocupa. Como pode a agricultura produzir mais alimentos e matérias-primas para as cidades, se esta drena continuamente parte do recurso essencial — afora a terra — necessária para produzir tais bens?

Este problema, que é o primeiro e o maior que tem que resolver toda e qualquer teoria de desenvolvimento econômico, tem sido causa de perplexidades para muitos economistas. Diante dele, os economistas classificam-se em duas grandes escolas: a dos que afirmam que a agricultura não pode cumprir sua dupla e contraditória tarefa a menos que receba uma compensação por isso, isto é, que a drenagem de mão-de-obra seja compensada por uma entrada de capital; e a dos que sustentam que, ao contrário, a natureza das atividades agrícolas, especialmente num país subdesenvolvido é tal que o setor pode resolver seu problema simplesmente — ou fundamentalmente — através de uma redistribuição dos seus recursos.

De um modo ou de outro, o que é inconcebível é que a agricultura possa atravessar um processo de industrialização sem modificar sua tecnologia e sua organização interna. Seja porque substitua mão-de-obra por capital ou porque redistribua os "recursos produtivos que escaparam à drenagem para as cidades, é inevitável que mude a natureza dessa atividade que, em nosso país, emprega ainda dois terços da população — ou talvez mais.

Nossa posição de homens da cidade facilmente nos leva a pensar no agricultor como um homem que passa o ano inteiro trabalhando na terra. É essa atitude o pressuposto básico da primeira escola a que nos referimos. Conduz a uma ênfase, a nosso ver injustificada, ao problema da capitalização, com profundas decorrências sobre toda a conceitualização do desenvolvimento, suas tarefas específicas, seu ritmo e seu sentido.

Mas a observação mais superficial do que faz a população camponesa de qualquer país nos ensina que o amanho do solo é uma das muitas atividades que absorvem o tempo e os recursos do agricultor. Além de trabalhar a terra, ele elabora os recursos naturais ao seu dispor para adaptá-los à direta satisfação das necessidades de sua família. Ora, a elaboração dos produtos primários, sua transformação em produtos acabados, prontos para o consumo, consiste, precisamente numa economia moderna em função da indústria, ou como dizem os economistas, do setor manufatura. Isso implica em afirmar que num país subdesenvolvido, o que chamamos de atividade agrícola é, na realidade, uma mescla de produção agrícola e de produção "industrial".

Partindo daí, podemos conceber a industrialização como o conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e jurídicas por que passa a economia de um país, no esforço para transferir essa produção industrial, do interior da fazenda agrícola, para estabelecimentos especiais ou fábricas, com o resultado de multiplicar muitas vezes a produção que se pode obter de cada hora de trabalho. Não se trata, pois de roubar tempo às atividades propriamente agrícolas, mas às atividades não agrícolas da agricultura. Gradativamente a agricultura se converte na atividade que é nos países mais desenvolvidos: em pura produção de bens primários, sendo sua conversão em produtos acabados, prontos para o consumo, transferida para toda uma série de indústrias específicas, no sentido corrente do termo.

Essa transferência é, necessariamente, gradual e nenhum país já a concluiu. Em parte isso depende de que os setores não agrícolas se equipem para absorver a mão-de-obra libertada pela agricultura, e em parte de que a própria agricultura possa abrir mão, sem prejuízo da mão-de-obra que ocupa.

Para que a indústria possa efetivamente substituir a agricultura na tarefa de converter os produtos primários em produtos acabados, deve, não apenas acumular um capital importante, como, principalmente um capital constituído por bens de natureza especial — máquinas e instalações de tipo diferente das anteriormente usadas (em âmbito rural). Isso implica em dizer que o ritmo de desenvolvimento é limitado pelo suprimento de bens de produção de novo tipo — de produtos da indústria pesada. Exige, além disso, serviços que não eram necessários à antiga produção "industrial", especialmente transportes, porque enquanto anteriormente a obtenção dos bens primários, sua elaboração e consumo se faziam no mesmo lugar, agora essas etapas se cumprem em lugares distantes uns dos outros.

Dissemos que o ritmo da transferência de fatores do âmbito rural para o urbano — implícita e característica da industrialização — depende igualmente de condições específicas da própria agricultura, as quais levantam óbices que só gradualmente podem ser contornados. O mais importante deles é, provavelmente, o caráter estacional na produção propriamente agrícola, que faz com que o emprego de mão-de-obra oscile muito no correr do ano. Nas épocas de sementeira e colheita ou, em nosso caso, das derrubadas, a agricultura propriamente dita exige normalmente muito mais mão-de-obra do que nos demais meses. Ora, dadas as naturais condições dominantes num país subdesenvolvido, a agricultura exige a presença na fazenda, durante todo o ano, de uma quan-

tidade de mão-de-obra suficiente frente aos labôres de ditas, significa a retenção durante do ano, de uma considerável mão-de-obra para a qual não útil nos labôres propriamente

Essa mão-de-obra sobran- te à falta de emprego alternativo orientada para atividades ras, isto é, de natureza industrial, sua produtividade ser má. Esse problema tem recebido c a) melhorar o equipamento e o trabalho empregados por essa b) mecanizar as atividades próprias interestacionais. No p aumenta-se a produtividade da interestacional aplicada às a agrícolas; no segundo possibilit ferência de mão-de-obra do c cidade. A segunda solução é, c mais dinâmica, e é a que vem s de preferência nas regiões mais do Brasil. A primeira, de que indústria de rendas e bordado não obstante ser menos dinâm a melhor solução para certos c

A diferença de produtividade de-obra empregada em atividades "rurais" em âmbito rural e em ar constitui a principal fonte de r a capitalização. As condições de de urbana permitem-lhe uma r e uma maior concentração. Eis ções essenciais para a introduç técnicas e para a criação dessa nicas.

ANÁLISE DO N

A inflação, quando um proc manifesta-se através de uma nível geral de preços. A causa tal desse desequilíbrio é, via tentativa de um grupo ou seto de aumentar sua participação n ção da renda real. Se se estabel

Evolução do E

1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954

RA

nos conceber a indústria em conjunto de transformações técnicas e jurídicas por parte de um país, no esforço de produção industrial, do agrícola, para estabelecimento de fábricas, com o resultado de várias vezes a produção que se faz em uma hora de trabalho. Não se trata de tempo às atividades rurais, mas às atividades não rurais. Gradativamente a atividade na atividade que é envolvida: em pura propriedade, sendo sua conversão em fábricas, prontas para o trabalho para toda uma série de atividades, no sentido cor-

rectivo, necessariamente, graças a isso. Em parte os setores não agrícolas para servir a mão-de-obra rural, e em parte de altura, e em parte de altura possa abrir mão, o de-obra que ocupa.

ria possa efetivamente para a tarefa de comprar primários em produtos apenas acumular um como, principalmente do por bens de natureza e instalações de tipo rmente usadas (em aplicação em dizer que o imento é limitado pelo de produção de novo da indústria pesada. serviços que não eram produção "industrial", cortes, porque enquanto tenção dos bens primários e consumo se faziam agora essas etapas se res distantes uns dos

tmo da transferência de rural para o urbano — istica da industrialização nte de condições específicas, as quais levam gradualmente podem ser importante deles é, proer estacional na produção ola, que faz com que o -obra oscile muito no cor- épocas de sementeira e sso caso, das derrubadas, iamente dita exige norais mão-de-obra do que Ora, dadas as naturais tes num país subdesen- ra exige a presença na do o ano, de uma quan-

tidade de mão-de-obra suficiente para fazer frente aos labores de ditas épocas, o que significa a retenção durante todo o resto do ano, de uma considerável quantidade de mão-de-obra para a qual não há aplicação útil nos labores propriamente agrícolas.

Essa mão-de-obra sobrando interestacional à falta de emprego alternativo, é naturalmente orientada para atividades elaboradoras, isto é, de natureza industrial, não obstante sua produtividade ser muito baixa aí. Esse problema tem recebido duas soluções: a) melhorar o equipamento e os métodos de trabalho empregados por essa mão-de-obra; b) mecanizar a sementeira e a colheita, sem mecanizar as atividades propriamente agrícolas interestacionais. No primeiro caso, aumenta-se a produtividade da mão-de-obra interestacional aplicada às atividades não agrícolas; no segundo possibilita-se a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade. A segunda solução é, obviamente a mais dinâmica, e é a que vem sendo seguida de preferência nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. A primeira, de que é exemplo a indústria de rendas e bordados do Ceará, não obstante ser menos dinâmica pode ser a melhor solução para certos casos.

A diferença de produtividade entre a mão-de-obra empregada em atividades "industriais" em âmbito rural e em âmbito urbano constitui a principal fonte de recursos para a capitalização. As condições de produtividade urbana permitem-lhe uma maior divisão e uma maior concentração. Eis aí as condições essenciais para a introdução de novas técnicas e para a criação dessas novas técnicas.

A introdução de novas técnicas, por sua vez, supondo o emprego de um equipamento muito diferente do anteriormente usado, exige a criação das indústrias correspondentes — as indústrias de base. Além disso, para que a produção se possa fazer nas novas condições, urge criar serviços especiais, como o transporte, já referido, construir cidades para alojar a população deslocada, dotá-la de facilidades dispensáveis nas condições de vida rural, mas indispensáveis nas condições de vida urbana. Tudo isso representa uma formidável imobilização de recursos. A produção dos bens que corporificam esses recursos é de natureza essencialmente industrial, não agrícola, e isso faz com que a produção não agrícola tenda a crescer muito mais rapidamente do que a produção agrícola, durante todo o processo de industrialização. Do que fica dito podemos extrair os traços essenciais das relações entre a agricultura e a indústria, durante o processo de industrialização:

1) Esta consiste essencialmente na transferência de certas atividades de âmbito rural para âmbito urbano, do que resulta um considerável aumento da produção per capita.

2) Esse aumento da produtividade constitui a fonte última dos recursos para a capitalização, a qual, por sua vez, condiciona a transferência de novos efetivos de mão-de-obra para fora da agricultura;

3) A industrialização é, portanto, um processo que se nutre a si mesmo: por um lado depende da imobilização de recursos para fazer-se e, por outro, cria esses recursos.

INÁCIO M. RANGEL

ANÁLISE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NO APÓS GUERRA

Identificação do problema

A inflação, quando um processo aberto, manifesta-se através de uma elevação do nível geral de preços. A causa fundamental desse desequilíbrio é, via de regra, a tentativa de um grupo ou setor econômico de aumentar sua participação na distribuição da renda real. Se se estabelece uma si-

tuação de beligerância entre diversos grupos, permanecendo cada um irredutível em suas pretensões, o desequilíbrio inicial tenderá a degenerar numa espiral inflacionária.

Observemos desde já o comportamento dos preços.

QUADR O N.º 1

Evolução dos índices de preços no período 1947 - 54

	Exportação	Importação	Nível interno
1947	100	100	100
1948	100	106	108
1949	106	95	119
1950	143	83	123
1951	182	102	142
1952	174	113	161
1953	184	107	178
1954	191		